
Portugal deve respeitar culturas dos povos, mas ter "tolerância zero" para práticas contra dignidade humana - Jorge Lacão

2010-02-08, 14h14

Lisboa, 08 fev (Lusa) - Portugal deve respeitar as tradições culturais dos povos que recebe, mas tem de ter "tolerância zero" face a práticas que vão contra a dignidade humana, como a mutilação genital feminina, defendeu hoje o ministro dos Assuntos Parlamentares.

Jorge Lacão participou no seminário "Pelo Fim da Mutilação Genital Feminina", a propósito do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, que se comemorou no sábado. Lisboa foi uma das cinco cidades europeias onde foi lançada uma campanha para sensibilizar para a necessidade de acabar com esta prática.

"A sociedade portuguesa está confrontada com um duplo desafio, por um lado saber acolher com respeito e consideração pelas tradições culturais dos povos, pela multiculturalidade e interculturalidade da nossa vida quotidiana e fazer disso uma boa prática de cidadania", referiu o ministro.

Para Jorge Lacão, "saber respeitar a diferença do outro é uma forma de sublinhar nele a nossa própria dignidade".

No entanto, o governante salientou que "há a outra perspetiva que com esta tem que se saber conciliar. É que a dignidade é independente do quadrante geográfico, da origem das convicções políticas, religiosas, culturais ou outras", apelando a "uma atitude de tolerância zero à mutilação genital feminina".

A luta contra a mutilação genital feminina "é uma mensagem não só portuguesa mas europeia" com o objetivo "levar este sentido dos valores a todas as comunidades e contribuir (...) para erradicar comportamentos nefastos que condicionam a dignidade e a liberdade das mulheres em certas comunidades tradicionais", referiu ainda o ministro.

Jorge Lacão apontou o programa de ação para eliminar a mutilação genital feminina, que Portugal iniciou há um ano, e que pretende sensibilizar algumas comunidades, sobretudo de origem africana, onde estes hábitos ainda têm significado.

O programa focou vários grupos, nomeadamente na educação e na saúde, área em que a meta era sensibilizar os profissionais para esta situação, "mesmo quando as mulheres não se queixam da mutilação", para poderem "fazer um encaminhamento clínico" e dar apoio físico e psicológico, explicou a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, também presente no seminário.

O presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Oswaldo Castro, recordou que a lei portuguesa tem já regras suficientes para impedir estas práticas, não deixando de referir que em Portugal ainda não existe "um drama" neste aspeto, ao contrário da situação em países como a França.

Oswaldo Castro considerou que a mutilação genital feminina poderá ser uma situação a constar da lista de doenças cuja participação é obrigatória quando detetada pelos profissionais de saúde.

Já o secretário de Estado adjunto e da Saúde, Manuel Pizarro, defendeu que o Serviço Nacional de Saúde pode ter um papel pedagógico de informação e dar apoio psicológico e físico às mulheres afetadas por esta prática.

O programa a decorrer há um ano em Portugal vai dar continuidade a ações de sensibilização e está previsto o reforço da cooperação com os países das comunidades africanas residentes para que a mensagem chegue a vários países onde estas práticas existem.

O seminário integrou o testemunho de mulheres vítimas de mutilação genital, ou excisão, algumas das quais participam atualmente em organizações ou entidades que lutam contra a prática.

É caso de Fatumata Djau Baldé, presidente do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas para a Saúde de Mulheres e Crianças, da Guiné-Bissau.

Esta mulher de 45 anos foi excisada quando tinha nove. Levada pela mãe, não sabia o que lhe ia acontecer mas, logo percebeu que "não era coisa boa". As meninas que entraram na sala primeiro choravam muito, como hoje recorda.

Na Guiné-Bissau, esta é uma prática das comunidades islamizadas como é o caso da família de Fatumata Djau Baldé, que seguiu "a tradição que diz de que todas as mães devem levar as suas filhas a serem excisadas" para que as meninas sejam puras, limpas e aceites dentro da sua própria comunidade".

Em Portugal, as comunidades transportam esta tradição, mas habitualmente as meninas serão excisadas nas férias, quando vão a Guiné-Bissau.

EA.

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico ***

Fonte: Agência LUSA